

## Proposta da Sociedade Civil: PDUI – Região Metropolitana de Campinas

**Instituição:** Entidade de Classe- Região Metropolitana de Campinas

**Número da proposta:** 06 (seis)

**Data de entrada:** 11/10/2018

---

### 1. TEMA

---

- Desenvolvimento Urbano, Econômico e Sociodemográfico
- Habitação e Vulnerabilidade Social
- Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Saneamento
- Área de Risco (Defesa Civil)
- Mobilidade, Transportes e Logística

---

### 2. TÍTULO DA PROPOSTA

---

PREMISSAS E DIRETRIZES DA MINERAÇÃO PAULISTA

---

### 3. DESCRIÇÃO DA PROPOSTA

---

I. Recursos Minerais: considerar os recursos minerais e a indústria extrativa mineral como fatores a serem ponderados no processo de planejamento regional, de disciplinamento do aproveitamento e da ocupação racional e sustentável dos territórios das Regiões Metropolitanas e Aglomerados Urbanos do Estado de São Paulo, em cumprimento à Constituição Estadual.

II. Minas em operação e reservas minerais correspondentes: reconhecer que os empreendimentos de mineração em operação, com títulos minerários 1 concedidos pela União e as devidas licenças ambientais legalmente emitidas, são de interesse público, bens necessários a toda sociedade e devem ser protegidos para utilização no presente e no futuro. Constituem instrumentos de certificação dos títulos minerários a base de dados do DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral (Cadastro Mineiro e Sigmine).

III. Preservação das jazidas minerais: preservar as jazidas devidamente documentadas e reconhecidas pela autoridade competente, por representarem recursos naturais não renováveis, imprescindíveis para a sociedade, devendo ser essas áreas tituladas observadas no planejamento de uso das unidades territoriais e preservadas para uso das gerações futuras. Constituem instrumentos de certificação dos títulos a base de dados do DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral (Cadastro Mineiro e Sigmine).

IV. Zoneamento do entorno das minas em operação: Deve ser estabelecido um zoneamento especial no entorno das minas em operação, de forma a permitir que outras atividades planejadas para o uso do solo neste entorno sejam compatíveis com as minerações existentes ou previstas, para que não constituam obstáculos para as operações das minas ou tenham potencial de esterilização das reservas minerais reconhecidas pelo DNPM – Departamento Nacional de Produção Mineral.

V. Macrozoneamentos dos Planos Diretores Municipais: Incorporar no PDUI as diretrizes de uso e ocupação do solo porventura já existentes em municípios e que consideram zoneamentos especiais no entorno de atividades de mineração.

VI. Certidão de Uso e Ocupação do Solo: previsão de obrigatoriedade de emissão, por parte das autoridades das unidades territoriais, do CUOS necessário ao licenciamento ambiental das atividades de

mineração quando estas estiverem inseridas dentro do zoneamento específico estabelecido para essa atividade.

1. Conforme dispõe o Código de Mineração (Decreto-lei nº227/1967) e legislação complementar, os títulos minerários estão definidos e relacionados às seguintes fases do aproveitamento econômico do bem mineral:

- Potencial de exploração mineral: Autorização de Pesquisa (com Relatório Final de Pesquisa positivo apresentado);
- Jazida mineral reconhecida e lavra requerida: Requerimentos de Lavra ou de Licenciamento;
- Mina em operação: Manifesto de Mina, Concessão de Lavra, Licenciamento, Registro de Extração.

---

#### 4. REFERÊNCIAS

---

1. Estas diretrizes foram concebidas com o objetivo de estabelecer as linhas gerais pelas quais o setor mineral paulista irá nortear, via suas representações institucionais e empresariais, a defesa da previsão e inclusão das atividades de mineração – e seus recursos minerais potenciais – nos planejamentos de cada um dos municípios que integram as seis regiões metropolitanas e os dois aglomerados urbanos no Estado de São Paulo.

2. Constituem-se, por conseguinte, numa referência para discussões nas oficinas, câmaras temáticas e audiências públicas, devendo ser incorporadas, quando possível, nos cadernos de propostas finais para que, uma vez aprovadas, possam posteriormente estar integradas em cada unidade territorial, tornando-se instrumento dos Planos Diretores Municipais.